

Uma Portugália na Lezíria



JOAQUIM CUNHA*

se quiserem mandar, o que nem sempre é certo.

Num registo mais construtivo, há alguns caminhos que passam por aproximar do plano regional decisões que estão na esfera do poder central ou das autarquias. Estas, cada vez mais depauperadas, quais drogados necessitam de mais betão para obterem receita, para poderem pagar os juros dos últimos exauros. Obras estruturantes e que podem ser uma mais-valia para um conjunto de municípios e não de um só, são disputadas e disparatadas na rendibilidade social que não têm.

Mais fácil será mudar do centro para a periferia. O meu pedetório é pós-moderno, pois claro! Como claro é, que estou a falar de redes digitais de acesso universal, parques empresariais, espaços de formação e inovação, acessibilidades via transporte colectivo e menos poluente, projectos de alojamento inovadores na realocação de moradores, tudo coisas simples para quem quer mais do que espremer este mandato e jogar para o próximo.

E como assim não chegávamos lá, a oportunidade dita histórica não é apenas mandar meia dúzia de ajudantes para a campina. Muito menos é tirar e bem o Paço do Terreiro, para o despachar montanha acima até à Ajuda, menos de meia dúzia de milhas depois.

Como rasgo é coisa que não falta ao dr. Santana, porque não? A OTA vai mesmo fazer-se porque, tal como no TGV, não é decidida por nós, nem por si.

Portanto, como vai tirar de Lisboa o aeroporto, tire também os ministérios. Com aeroporto e TGV por perto, algures na margem do Tejo, em região bonita, mas desfavorecida, marcava pontos. Vendia caro o Paço. Poupava na poluição e pontes em Lisboa. Muitos continuariam a ir de TGV da velha Lisboa a 30 minutos da nova Portugália, cidade de serviços, onde se cruzam itinerários, caminhos-de-ferro, TGV, acesso ao aeroporto, e os 200.000 funcionários, que instalados em 20 soberbos blocos de edifícios, podem olhar o país de forma diferente. Sendo mais rentável que uma Expo e um Euro, até porque auto-estradas já há, terreno é ao preço da chuva, TGV está a fazer-se, e vendendo o património imobiliário em Lisboa pagaria o projecto.

A outra alternativa já tem prática. Passa por deslocalizar organismos para as regiões que deveriam de facto servir, já tem exemplos no terreno. Seguir o que o ex-ministro Carlos Tavares tinha no terreno, ICEP/IAPMEI e API no Porto, AdI em Aveiro. Poucos tão depressa regionalizaram tanto.

Portanto, a deslocalização de meia dúzia de secretarias de Estado, só vale a pena se for o ponto de partida para algo substancial. Senão, darão razão àqueles que prematuramente criticaram a mudança.

* Presidente da PME-Portugal
presidente@pmeportugal.com.pt